

NÃO SE PODE RECUAR NA DEFESA DAS MULHERES !

As entidades da sociedade civil e poder público integrante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, em sua reunião ordinária realizada nesta data 29/09/2015, vem a público reiterar sua posição de inconformidade em relação à unificação de Ministérios no processo de alterações no sistema de gestão do país, pelos enormes prejuízos que serão acarretados na perda de status da atual Secretaria de Políticas para as Mulheres. Conquista do conjunto das mulheres brasileiras, ao transformar a SPM em apêndice de outro Ministério se atinge em cheio o protagonismo que esse organismo nacional vem exercendo em nosso país, na liderança pelo debate político acerca das desigualdades e da necessidade de uma atuação viva e forte em defesa das mulheres.

Diante do quadro de insegurança em que estamos vivendo quanto a esse organismo; diante da persistência da elevada magnitude da violência de gênero e a crueldade dos crimes de ódio contra as mulheres; frente à persistência de omissões nas políticas de saúde quanto à integralidade; diante dos permanentes ataques aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; e, por fim, à baixíssima presença das mulheres na condução política do país, nos sentimos roubadas na nossa esperança de dias melhores para todas nós, negras, indígenas, brancas, rurais, urbanas, da floresta, jovens e velhas, de diversas identidades e orientações sexuais.

As mulheres não devem ser penalizadas com os cortes das políticas públicas e com a desculpa da necessidade de realização do ajuste fiscal. São tempos em que erguemos nossa voz por nenhum direito a menos e resistimos para buscar muitos direitos a mais.

Tememos também as repercussões dessa possível reconfiguração ministerial nas políticas para as mulheres nos estados e municípios, que sob o mesmo argumento já sinalizam adoção similar aos processos de extinção dos organismos de políticas para as mulheres.

Certamente haverá uma onda de retrocessos que terá consequências nos trabalhos desenvolvidos e nos resultados alcançados em todo o país abalando a confiabilidade, credibilidade e o respeito conquistados por este governo junto às mulheres brasileiras.

Nacional de Políticas para as Mulheres, nos colocamos frontalmente contra a extinção da SPM e a favor da sua continuidade como um órgão autônomo, com recursos humanos e orçamentários e relação com os movimentos de mulheres. A cidadania das mulheres brasileiras e a defesa de seus direitos humanos exige a permanência da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM/PR
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP
União Brasileira de Mulheres
Rede Mulheres Negras do Paraná
Federação de Mulheres do Paraná
Grupo Dignidade Pela Cidadania Gays, Lésbicas e Transgêneros
Rede Feminista de Saúde
Central Única dos Trabalhadores – CUT
Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná – Fetec-Cut-Pr
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina – Sindipetro
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
Federação dos Sindicatos Públicos Municipais Cutistas do Paraná – FESSMUC
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Sindsaúde – PR
SEDS – Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Adm. Penitenciária
SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SESA – Secretaria de Estado da Saúde
SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SEET – Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo
SEJU – Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SEEC – Secretaria de Estado da Cultura
Casa Civil

Curitiba, 29 de novembro de 2015.

Terezinha Beraldo Pereira Ramos
Coordenadora da Política para as Mulheres

Doris Margareth de Jesus
Presidente do CEDM